

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.689 - BRASÍLIA, 2 A 5 DE MAIO DE 2003

## Congresso está pronto para votar reformas apresentadas por Lula

Ao receber das mãos do presidente Lula as reformas tributária e da Previdência, o presidente do Congresso, José Sarney, afirmou que, se o Executivo levou apenas quatro meses para elaborar as propostas, o Senado e a Câmara irão trabalhar com a mesma celeridade para que elas sejam colocadas a serviço do país e do povo.

PÁGINAS 3 A 5



Fotos: Célio Azevedo

Quatro meses depois de tomar posse, Lula entrega pessoalmente ao Congresso as duas reformas que considera mais importantes para o país voltar a crescer

**Os principais pontos das mudanças**

PÁGINAS 3 E 4



**Aperfeiçoamento das propostas é defendido no Plenário**

Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Ideli Salvatti e Efraim Morais debatem, no Plenário do Senado, as mudanças propostas pelo Executivo.

PÁGINA 5

## Mesa do Senado envia ao Supremo caso da escuta na Bahia

PÁGINA 3

## CAS debate com Humberto Costa política da saúde

Logo após a reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) desta quinta-feira, marcada para as 10h, o ministro da Saúde, Humberto Costa, comparecerá a audiência pública, para falar sobre as propostas de sua pasta. O ministro vai debater também os produtos denominados transgênicos.

Os parlamentares da comissão devem discutir, ainda com o ministro, projeto que obriga as farmácias e drogarias de todo o país a afixarem em suas paredes, em local visível ao público, cartazes contendo advertências e esclarecimentos sobre como detectar medicamentos falsificados.

Também será tema da audiência projeto que exige o atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta, do deputado Ricardo Ferraço, tem como relator o senador Tião Viana (PT-AC).

## Envelhecimento ativo reúne especialistas

A Subcomissão do Idoso, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), recebe em audiência pública, nesta terça-feira, o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, médico Adriano Gordilho, que falará sobre o tema "Envelhecimento ativo do idoso". Também participam da reunião a professora Maria Fernanda Lima Costa, pesquisadora da Fiocruz; o professor Renato Veras, reitor da Universidade da Terceira Idade; e a professora Úrsula Karsch, consultora da Organização Mundial da Saúde. A audiência pública foi proposta em requerimento do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Já a Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, também da CAS, instala-se na quarta-feira, às 9h30. Na ocasião, será definido o seu cronograma.

# Senado comemora Dia Mundial do Trabalho

Na sessão desta terça-feira, Plenário retoma exame de matérias, com a discussão de proposta que altera análise de vetos pelo Congresso

Por iniciativa do vice-presidente do Senado, Paulo Paim, o Dia Mundial do Trabalho será comemorado na sessão deliberativa desta segunda-feira. A data, que transcorreu em 1º de maio, transformou-se "referência histórica da defesa dos direitos trabalhistas no mundo inteiro", destacou o parlamentar.

A pauta de votações do Plenário será retomada nesta terça-feira com a segunda discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o rito de análise dos vetos presidenciais pelo Congresso. Conforme a proposição, os vetos passariam a ser examinados em sessões separadas, e não mais conjuntas, da Câmara dos Deputados e do Senado.

No mesmo estágio de discussão encontra-se a PEC do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que garante meios financeiros necessá-



Paulo Paim: data tornou-se referência da defesa dos direitos trabalhistas

rios à conclusão de obras públicas inacabadas. Outras quatro proposições serão examinadas no mesmo dia, entre elas projeto do então senador Ademir Andrade que estabelece critérios para a repartição de parcela dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinando 2% para a Região Norte, 2% para a Região Centro-Oeste e 4% para a Região Nordeste.

Os senadores devem votar na

quarta-feira, em primeiro turno, proposta de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que inclui entre as competências privativas do Senado a aprovação prévia de processo de demarcação de terras indígenas. Também consta da pauta a votação sobre projeto do senador Alvaro Dias (PDT-PR) que altera dispositivo do Programa Nacional de Desestatização, com o objetivo de assegurar a manutenção do controle acionário da Petrobras pela União.

Na quinta-feira, a sessão plenária deverá ser reservada ao comparecimento de ministro de Estado. Os senadores debateram, nas últimas semanas, os rumos da economia, a reforma previdenciária e a problemática da segurança pública, respectivamente com os ministros Antonio Palocci (Fazenda), Ricardo Berzoini (Previdência) e Márcio Thomaz Bastos (Justiça).

## Ana Júlia vê condições para situação melhor

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou que comemorar o Dia do Trabalho significa "homenagear todos aqueles que constroem, com esforço diário, a sociedade e a nação brasileiras, e que raramente são por isso reconhecidos". Ela lembrou o "descaso" com que sempre foram tratados os trabalhadores. Mas disse que espera uma mudança de perspectiva no atual governo, "composto por pessoas que têm história de vida calcada na luta por uma vida melhor".

Ana Júlia citou Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), apontando que um quarto dos trabalhadores recebe um salário mínimo ou menos.



Ana Júlia diz que trabalhador sempre foi tratado com descaso

## Pavan: não há motivo para festejar a data

Ao registrar a passagem do dia 1º de maio, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou que os trabalhadores brasileiros, especialmente os que acreditaram que o governo Luiz Inácio Lula da Silva traria grandes mudanças para a classe operária do país, não tenham o que comemorar.

— O 1º de maio do governo Lula, com certeza, não trará nenhuma euforia aos operários brasileiros, uma vez que, alçado ao poder, a euforia do período pré-eleitoral deu espaço a um misto de desaprovção e desapontamento aos trabalhadores brasileiros, aos servidores públicos e aos trabalhadores aposentados — afirmou ele.



Leonel Pavan afirma que desapontamento substituiu clima de euforia



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2003

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa  
Hora do expediente será dedicada a homenagear o Dia Mundial do Trabalho.

### COMISSÕES

14h — Conselho de Comunicação Social  
Pauta: exposição dos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Fernando Segismundo, e do Conselho Administrativo da ABI, Ana Arruda Calado.  
15h — exposição do superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Edilson Ribeiro dos Santos, e do ouvidor Fernando Antonio Fagundes Reis.  
16h — reunião administrativa. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, altera a Constituição, estabelecendo que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 34/99, cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento; PLC nº 53/99, dispõe sobre a atuação de advogado em depoimento perante comissão parlamentar de inquérito (CPI); entre outras matérias.

Quarta-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, sobre regras para demarcação de terras indígenas; PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; PR nº 5/01, institui o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil; PLS nº 184/02 — Complementar, regulamento o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição federal, dispondo sobre o período de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, altera a Constituição federal, estabelecendo que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 34/99, cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento; entre outras matérias.

Quinta-feira  
14h30 — Comparecimento de ministro de Estado

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira  
13h30 — Subcomissão Temporária do Idoso  
14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Quarta-feira  
9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Slhessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Mesa remete caso de ACM ao Supremo

Por 5 votos a 2, a Mesa do Senado decidiu na quarta-feira enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) notícia-crime comunicando que há suspeita de envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em episódios referentes a escutas telefônicas ilegais realizadas pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, ocorridas antes de sua eleição. Na mesma reunião, a Mesa decidiu aplicar a pena disciplinar de censura escrita contra o parlamentar.



Antonio Carlos recebe censura escrita da Mesa

Ao anunciar a decisão, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que sempre paupou sua atuação na Presidência pelo cumprimento do Regimento Interno e da Constituição. Para ele, o próprio relatório aprovado na terça-feira pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deixou claro que Antonio Carlos é acusado de ter mandado realizar as escutas.

Segundo Sarney, o relator do processo, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), disse que foi cometido um crime.

— Se isso é acusação de um crime, a competência para julgar os crimes cometidos pelos senadores é do Supremo. Então a Mesa decidiu e eu já encaminhei ao STF uma *notitia criminis* para, na forma da lei, apurar esses fatos — destacou Sarney.

O presidente do Senado esclareceu que os senadores não gozam mais da imunidade que antes existia para quem cometia crime.

— Os senadores agora podem ser processados sem licença da Casa. Assim, submeter um senador ao mais alto tribunal do país é agir em nome da Constituição — afirmou.

Sarney explicou que, nas mesmas investigações, há declarações de dois jornalistas, sustentando haverem recebido do senador Antonio Carlos Magalhães, nas dependências da Casa, um documento de origem duvidosa. De acordo com o presidente do Senado, nessa hipótese, o regimento prevê que se aplique ao acusado pena disciplinar.

— E nós aplicamos a pena disciplinar de censura escrita, que é a mais alta que a Mesa pode aplicar aos senadores. As outras são da competência do Plenário da Casa — explicou.

O presidente do Senado disse estar convencido de que a Mesa cumpriu com seu dever, obedecendo ao regimento e à Constituição.

— Essa é a nossa função. Quero recordar que o velho conselheiro Nabuco dizia que o Senado não faz política. Os senadores podem fazer política, mas o Senado, não — comentou.

Questionado por um jornalista, Sarney observou que de qualquer decisão da Mesa cabe recurso. Portanto, se for formulado um recurso contra essa decisão, ele o receberá e o submeterá ao Plenário.

— Não vou deter nenhum recurso que possa ser feito à Mesa — garantiu, acrescentando que a Mesa não estava arquivando nada.

# REFORMAS

## Lula entrega propostas para mudar Previdência e sistema tributário

Exatamente quatro meses depois de tomar posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou pessoalmente na quarta-feira ao Congresso Nacional as duas reformas constitucionais que ele considera as mais importantes para o país voltar a crescer de forma permanente — a da Previdência e a do sistema tributário.

Pela proposta de reforma da Previdência, as aposentadorias de servidores serão limitadas e, com a reforma tributária, a maior alteração ocorrerá no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados, reduzindo as atuais 40 alíquotas para apenas cinco — as 27 leis de ICMS existentes hoje serão reduzidas a apenas uma, aprovada pelo Congresso. Se aprovadas as mudanças previdenciárias, a economia para os cofres da União será de R\$ 56 bilhões nos próximos 30 anos. Já a mudança no ICMS, conforme o governo, deve aumentar a arrecadação, porque atingirá empresas que hoje sonogam.

Um dos pontos mais polêmicos das propostas é a cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados — atuais ou futuros — que ganham acima de R\$ 1.058. Os futuros servidores terão aposentadoria do governo limitada ao teto do INSS, que o projeto eleva de R\$ 1.561 para R\$ 2.400. No entanto, terão direito a um plano de aposentadoria complementar.

O presidente Lula saiu do Palácio do Planalto de ônibus, acompanhado dos líderes do PT



Lula com os presidentes da Câmara, João Paulo, e do Senado, José Sarney: quatro meses após a posse, propostas de reformas chegam ao Congresso Nacional

no Senado, Aloizio Mercadante, e na Câmara, Nelson Pellegrino, dos governadores, ministros, e da primeira-dama, Marisa Letícia. A cavavana desceu em frente ao Congresso e foi recebida na rampa de entrada pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, e por líderes de partidos da base governista. A solenidade foi realizada no Plenário da Câmara. Antes, o presidente foi saudado na frente do Congresso, onde também enfrentou alguns protestos de servidores.

Nas justificativas que enviou com as propostas de mudanças constitucionais, o presidente Lula assinala que elas são fundamentais para tornar a Previdência mais justa, reduzir os custos das empresas, combater a sonogação e aumentar o número de contribuintes. O

presidente destaca que as mudanças tributárias acabarão com a guerra fiscal entre os estados na atração de indústrias.

O Executivo admite que, por enquanto, não foi possível mudar a cobrança do ICMS do estado produtor para o estado consumidor, como se pretendia inicialmente — isso será discutido mais tarde. Para compensar a expectativa dos estados mais pobres, que são mais consumidores que produtores, a emenda tributária repassa aos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste dois pontos percentuais da arrecadação dos impostos sobre a Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada aos estados. Isso representará uma injeção de aproximadamente R\$ 2 bilhões nos estados dessas regiões mais pobres.

## Tramitação na Câmara começa terça. Depois será a vez do Senado

Na terça-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, enviará as duas reformas constitucionais — previdenciária e tributária — à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para que os deputados examinem se elas ferem a Constituição. Será o primeiro passo de um caminho que pode demorar até quatro meses. Se aprovadas pelos deputados, as propostas começarão a tramitar no Senado.

Após cinco sessões na CCJ para exame de admissibilidade, as propostas serão devolvidas ao presidente da Câmara, que as encaminhará a comissões especiais, criadas para seu exame. Esta é a parte mais longa — 40 sessões da Câmara —, na qual os deputados poderão propor emendas. Depois de apreciados nessas comissões, os textos estarão prontos para votação no Plenário.

É nessa hora que aumenta de intensidade a chamada “guerra de regimento”, em que os parlamentares contrários aos projetos podem usar todo tipo de recurso legal para derrubar partes das reformas ou pelo menos adiar sua votação. São aprovadas apenas as propostas de mudança constitucional que tenham no mínimo 308 votos favoráveis dos 513 deputados. E mais: a votação é feita em duas vezes, com intervalo de cinco sessões.

No Senado, as propostas passarão pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta tributária também será examinada na Comissão de Assuntos Econômicos. Depois das comissões, onde podem ser feitas emendas, elas vão ao Plenário, no qual também terão de passar por dois turnos, devendo receber no mínimo três quintos dos votos, ou seja, 49 votos a favor. Caso os senadores alterem o conteúdo das propostas, elas terão de retornar ao exame dos deputados.

### Principais pontos da reforma da Previdência

As principais mudanças propostas na reforma da Previdência atingem especialmente os servidores públicos. Elas modificam os artigos 37, 40, 42, 96, 142 e 149 da Constituição federal, mais o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20/98. As mais importantes alterações para o setor público são:

- **Idade mínima para aposentadoria**  
Passa dos atuais 53 anos para 60, no caso dos homens; para as mulheres, fica em 55, em vez dos atuais 48
- **Inativos**  
Não descontarão contribuição sobre a parcela da aposentadoria até R\$ 1.058. Acima desse teto, será descontada contribuição na base de 11% sobre o valor que ultrapassar o limite
- **Pensões**  
O valor máximo para as futuras pensões será fixado em 70% do valor da aposentadoria, incluindo os benefícios pagos a esposas e filhos de militares. As já concedidas constituem direito adquirido
- **Limites**  
Os benefícios estaduais e municipais não poderão superar o valor do salário dos governadores e prefeitos. Também será definido o valor de R\$ 2.400 como teto da aposentadoria, tanto para o setor público como para o privado. Atualmente o valor é de R\$ 1.561. Para receber um valor maior, o servidor público terá que aderir a um fundo complementar de aposentadoria
- **Antecipação da aposentadoria**  
O servidor que antecipar sua aposentadoria terá uma redução de 5% sobre o valor do benefício para cada ano antecipado

## REFORMAS

# Sarney: Parlamento está pronto para votar

— O mundo confia no Brasil e nós confiamos em Vossa Excelência na tarefa de conduzir o nosso destino.

Com essa frase, aplaudida pelo Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, disse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o Congresso está pronto para votar as reformas tributária e da Previdência, que o chefe do Executivo entregou pessoalmente ao Legislativo.

— O Congresso está consciente de suas responsabilidades neste momento da vida brasileira. O Parlamento nunca faltou ao Brasil. Se Vossa Excelência levou apenas quatro meses para nos trazer a proposta das reformas, acredito que nossas Casas — Câmara e Senado reunidos — irão trabalhar com a mesma celeridade para que esses instrumentos legislativos sejam colocados a serviço do país e a serviço do nosso povo.

Sarney pediu que o presidente confie no Legislativo e assegurou que esse Poder agirá com independência, harmonia, senso de responsabilidade e disposição de cumprir o seu dever, sempre levando em conta os esforços feitos pelo chefe do Executivo.

Em defesa das reformas, o presidente do Senado também explicou que a sociedade democrática é uma sociedade de conflitos e que cabe aos congressistas “harmonizar esses conflitos e chegar, neste tema tão controverso, a um denominador comum em favor do Brasil”.

Segundo Sarney, as reformas tributária e da Previdência são um imperativo de governabilidade. Para ele, o Brasil precisa crescer e, sem essas reformas, será impossível atingir esse objetivo. Também destacou o momento, quando os números macroeconômicos do governo Lula e a imagem internacional por ele projetada asseguraram confiança no Brasil.

O gesto de Lula levar ao Parlamento os textos das reformas, acompanhado de governadores e ministros, na avaliação de Sarney, também simbolizou vontade e determinação do chefe do Executivo:

— Determinação de fazer, vontade de enfrentar desafios, vontade política firme e ao mesmo tempo simbólica.

A presença dos governadores na solenidade foi, da mesma for-



Sarney garantiu que Congresso agirá com independência, harmonia e responsabilidade

ma, interpretada como simbólica.

— É a restauração do sentimento da Federação, combatido e nunca sublimado, desde a Proclamação da República.

O presidente do Senado disse ainda que essas reformas são uma preocupação nacional há mais de 150 anos. Ele ainda lembrou que,

no sábado, o Brasil comemora os 180 anos do Poder Legislativo. E referiu-se ao fato de que, nesse dia, inaugurava-se a Assembléia Constituinte, que foi o marco inaugural do Poder Legislativo, Casa da democracia e do povo brasileiro, onde se questionam todos os problemas da nacionalidade.

## Os principais pontos da reforma tributária

O texto da reforma tributária modifica artigos da Constituição federal. Segundo o governo, o objetivo da reforma é aumentar a eficiência e reduzir a complexidade do sistema atual, atacando os tributos cumulativos e reduzindo o número de alíquotas dos impostos indiretos, aqueles que incidem, principalmente, sobre o consumo. A reforma também pretende diminuir o trabalho informal no país, ao propor a redução das contribuições sobre a folha de pagamento das empresas. Veja abaixo os principais pontos:

### — ICMS

As 27 legislações estaduais serão unificadas em uma única lei federal, com a criação de apenas cinco alíquotas para todo o país. O imposto será cobrado no estado de origem (onde o produto é fabricado), mas o valor será dividido com o estado de destino (onde ele é consumido)

### — Incentivos fiscais

A proposta de reforma veda a possibilidade de os estados usarem isenções fiscais para atrair empresas, acabando com a chamada guerra fiscal. A partir de 2007 serão extintos, progressivamente, os benefícios em vigor atualmente. Para compensar o fim da guerra fiscal, a União poderá criar um fundo de compensação para os estados do Norte, Centro-Oeste e Nordeste, formado por 2% das receitas da União

### — Imposto Territorial Rural (ITR)

Passa a ser imposto estadual (atualmente é federal), com destinação de metade da receita para os municípios

### — Imposto sobre herança

Terá alíquotas progressivas, conforme o valor dos bens herdados. Quanto maior a herança, maior o valor do imposto. Atualmente a alíquota é de 4%

### — Contribuição patronal ao INSS

Uma das principais propostas da reforma, a contribuição passará a incidir sobre o faturamento, e não mais sobre a folha de pagamento, desonerando o custo da mão-de-obra para a empresa

### — GPMF

Imposto será permanente, com alíquota variável, sendo que a máxima será a atual, de 0,38%, e a mínima de 0,08%

### — Desvinculação de Recursos da União (DRU)

Será prorrogada até 2007. Hoje a Constituição determina que a DRU só vigorará até o final do ano. A desvinculação permite ao governo a liberação de 20% da arrecadação da União para serem usados livremente

## Presidente do Senado defende aprovação rápida das propostas

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou sua convicção de que as reformas poderão ser aprovadas em quatro meses, mesmo prazo que o governo demandou para enviá-las ao Congresso, apesar da polêmica criada em torno de algumas propostas, inclusive na base do governo.

— A matéria é muito controversa, mas nós estamos aqui para harmonizar esses conflitos, e acho que vamos harmonizá-los — disse.

Sarney concordou com a tese de que o PMDB deveria estar no governo para garantir a aprovação das reformas. “Eu sempre tive esse ponto de vista, e continuo com ele”, observou.

O presidente do Senado enfatizou que considera absorvida a decisão do Executivo de enviar as reformas — tanto a da Previdência quanto a tributária — à Câmara dos Deputados, onde começarão a tramitação no Congresso Nacional.

— Nossa opinião é de que a reforma tributária começasse aqui pelo Senado, que é a Casa da Federação, pois o tema diz muito sobre o equilíbrio das contas estaduais. Mas a decisão do presidente da República foi de iniciar pela Câmara, e não vamos de nenhuma maneira criar obstáculos. Já conversei com o presidente da Câmara e vamos trabalhar em conjunto — assegurou.

## Lula pede ao Congresso consciência nas decisões

Um apelo à consciência de deputados e senadores para a votação das reformas tributária e da Previdência. Esse foi o tom do discurso do presidente Lula da Silva durante a entrega do texto das alterações constitucionais no Plenário da Câmara dos Deputados, na quarta-feira. O presidente começou o pronunciamento citando todos os 27 governadores presentes e frisando que a responsabilidade sobre o texto que chega ao Legislativo deve ser compartilhada. E que agora, com o início da tramitação das propostas de emenda à Constituição pela Câmara dos Deputados, os parlamentares também deverão assumi-la.

— A proposta não é apenas do governo federal, é dos governadores e, quando chega ao Congresso Nacional, os senhores e senhoras [parlamentares] são os donos. A vocês cabe criar os espaços para a sociedade dizer o que pensa das reformas. A única coisa que peço é que o voto seja um voto de consciência, daqueles que acreditam que o Brasil precisa das reformas — disse.

Lula garantiu que jamais culpará o Congresso por qualquer fracasso de seu governo. E mesmo salientando que o Legislativo, “por ser autônomo”, tem o tempo que quiser para votar as reformas, pediu que a aprovação das mu-



Lula espera que reformas sejam votadas ainda este ano, por causa das eleições municipais de 2004

danças constitucionais ocorra ainda este ano.

— O ano que vem é eleitoral [eleições municipais] e já vejo aqui muitos candidatos. Se não votarmos este ano, sabemos que tudo ficará muito mais difícil — advertiu.

O presidente disse que somente as reformas farão o Brasil passar da condição de país emergente para a de nação desenvolvida.

— Podem [os parlamentares] falar mal do governo. Isso faz parte do jogo democrático. O que não vale é prejudicar 170 milhões de pessoas por conta de uma próxima eleição. Temos que ter a consciência de que a sorte está lançada. Só esperamos que cumpramos os nossos compromissos e o Brasil estará melhor — afirmou o presidente.

## REFORMAS

# Suplicy conclama Senado a aperfeiçoar propostas

## Efraim Morais: minoria fará oposição ao governo, não ao país

Em discurso proferido na quarta-feira, o senador Efraim Morais (PFL-PB) apresentou-se como líder da minoria no Senado e disse que fará oposição ao governo, não ao país. Afirmou ter uma clara noção das “responsabilidades acentuadas” do cargo, que assume no momento em que o presidente Lula envia ao Congresso suas propostas de reformas tributária e previdenciária.

O senador destacou não serem essas propostas muito diferentes das apresentadas no governo anterior, “embora rejeitadas na época pelas mesmas forças políticas que agora as consideram fundamentais e inadiáveis”. Citou afirmação atribuída ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, de que “as propostas foram rejeitadas pelo PT não por razões ideológicas ou doutrinárias, mas simplesmente por não interessarem ao projeto de poder do partido”.

— O partido queria ganhar as eleições e não convinha melhorar o país, pois isso poderia favorecer as forças situacionistas — afirmou.

Ele frisou que a minoria não pensa assim, pois, pelo critério do



Segundo Efraim, o “quanto pior, melhor” condena o país ao imobilismo e à decadência

“quanto pior, melhor”, o país “condena-se ao imobilismo e à decadência, e quem paga o pato é o povo”.

Em aparte, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), observou ter sido acertada a escolha do líder da minoria por consenso em seu partido e no PSDB. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que chama a minoria de bloco de oposição, por ter “a clara convicção de que se transformará em bloco da maioria”. Também elogiaram a escolha do líder os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e José Jorge (PFL-PE).

## Ideli propõe comissões para antecipar debates

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) propôs que o Senado crie duas comissões para, em paralelo às discussões das reformas tributária e da Previdência na Câmara dos Deputados, os senadores irem construindo suas posições sobre as propostas do Executivo. Isso, segundo ela, seria uma forma de o Senado antecipar os debates que terá de fazer necessariamente quando as reformas acabarem de ser votadas na Câmara.

— Agilidade é de fundamental importância e não podemos abrir mão das nossas prerrogativas. Nós deveríamos ter mecanismo para acompanhar a evolução das discussões na Câmara, não aguardando que as reformas cheguem ao Senado — sustentou Ideli.

A senadora chamou atenção para a reunião do bloco de apoio ao governo, que ocorreu na quarta-feira, quando as alternativas do Senado para acompanhar as re-



Ideli Salvatti defende mecanismo para que senadores discutam desde já as propostas de reforma

formas foram discutidas. E lembrou pronunciamento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), em que ele alertou os senadores sobre as formas de contribuir para os debates sobre as reformas. “Como o Senado vai agir durante a tramitação na Câmara?”, indagou Ideli, argumentando que gostaria que esse fosse um tema para reflexão dos senadores.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou os senadores a contribuírem, com sugestões e críticas, para a melhoria das propostas de reforma tributária e da Previdência que foram apresentadas ao Congresso Nacional na tarde de quarta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em discurso no Plenário, Suplicy disse que o dia era de júbilo, porque o presidente Lula teria obtido “um feito extraordinário” ao completar o quarto mês de mandato: um consenso básico com os governadores, filiados a diferentes partidos políticos, para encaminhar ao Legislativo as propostas de reforma. Segundo o senador, não foi à toa que o risco Brasil diminuiu e que a cotação do dólar baixou.

— Há uma perspectiva otimista que se tem para o Brasil em decorrência da coordenação de esforços que nosso presidente realizou — observou o senador.

Suplicy elogiou a atuação do mi-



Para Suplicy, Lula obteve “um feito extraordinário” ao alcançar consenso com os governadores

nistro Tarso Genro, que coordena o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, por ter conseguido que os representantes da sociedade civil chegassem a um entendimento consensual, “ainda que com divergências aqui e acolá”. O senador destacou um dos aspectos da reforma tributária, que é o dispositivo segundo o qual a União instituirá programa

## Simon pede esforço do Congresso para votar rápido

O Congresso não pode perder a oportunidade de promover as reformas tributária e da Previdência, afirmou em Plenário o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele elogiou o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter obtido apoio às propostas por parte de todos os governadores, de diferentes partidos políticos.

Simon comentou que ninguém, na história do país, chegou à Presidência da República com tanta chance quanto o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que assumiu o cargo no auge do Plano Real, com a inflação sob controle, a economia em desenvolvimento, credibilidade total e apoio de quatro quintos do Congresso. No entanto, acrescentou, o ex-presidente entrou pelo caminho das privatizações — que, o senador acredita, serão analisadas um dia pelo país — e, na hora das reformas, a única que fez foi a eleitoral, para permitir a reeleição.

— Fernando Henrique, recordista mundial em títulos acadêmicos, não fez as reformas necessárias, e agora um homem que veio da humildade das suas origens pode fazê-las — comparou Simon.

O senador disse que o governo federal nunca quis uma reforma tributária porque os governado-

res e prefeitos precisam mendigar aquilo a que têm direito e viajar a Brasília “de pires na mão”. Nos Estados Unidos, salientou, “o dinheiro que é do município é do município, o que é do estado é do estado, o que é da União, é da União”.

— Temos hoje uma oportunidade. Vem aí uma proposta. Não a li, não me aprofundi. Mas tenho o ponto de vista de que não há reforma tributária séria se não vier ao lado uma reforma administrativa — advertiu o senador.

Pedro Simon afirmou ainda que os congressistas devem fazer um esforço “dramático” e votar as reformas o mais rapidamente possível.

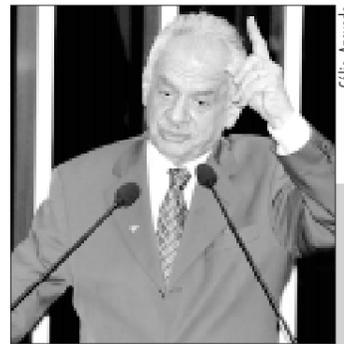
— É um grande desafio, teremos que ter grandeza. Não é uma posição partidária, a posição é a mais heterogênea possível, mas vamos encontrar uma forma. Estarei votando as reformas. Temos que ter a coragem de mexer nisso — sustentou.

O senador acrescentou, porém, não estar gostando do clima na Câmara e no Senado. Afirmou que imaginava que a oposição no Congresso deveria oferecer uma chance para que o governo desse certo, e observou que o PT está exageradamente confuso. Simon

de renda mínima para as famílias necessitadas.

Suplicy também registrou visita que fez aos municípios piauienses de Guaribas e Acauã, para conhecer a implementação do programa Fome Zero. O senador disse que pôde observar um movimento muito positivo por parte da população com relação à união entre os governos federal e estadual e a atenção que têm dado àquelas comunidades.

O programa Fome Zero, acrescentou Suplicy, envolve não apenas o cartão-alimentação, mas ações visando à melhoria da qualidade da água, à expansão do programa de moradias, à adoção de um programa de alfabetização, a uma maior assistência à saúde, entre outras, “que estão fazendo com que a comunidade perceba que o poder público interage com a população, levando essas pessoas a se sentirem mais cidadãos”. Suplicy foi apartado pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).



Pedro Simon considera as reformas “um grande desafio” para o Legislativo

relacionou equívocos do PT, como a indicação, para cargos no governo federal, de 16 candidatos derrotados aos governos estaduais, quando a seleção deveria basear-se “na qualidade e na credibilidade”, e o clima que lembra “o das cassações durante a ditadura” diante de posições divergentes de petistas em relação às reformas.

— O Genoíno — comentou, referindo-se ao presidente nacional do PT, José Genoíno — está virando um Golbery (general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, por duas vezes, no regime militar).

O discurso de Simon recebeu apartes dos senadores Serys Slhessarenko (PT-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC).

# Iris defende movimento para democratizar riqueza

Senadora destaca potencial do país para liderar campanha mundial em defesa de um desenvolvimento mais justo e igualitário

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) quer ver o governo Lula à frente de um movimento mundial para exigir mais democratização da riqueza e melhores condições para que os países em desenvolvimento possam crescer econômica e socialmente, combatendo a pobreza e a exclusão social.

Durante pronunciamento em Plenário, a senadora disse que o Brasil precisa ter confiança no futuro, em sua capacidade de liderança e em sua disposição para vencer desafios. Na sua opinião, não será suficiente fazer com que o programa Fome Zero decole e modifique as condições de vida dos brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza.

— O que se exige é transformar a essência de um sistema econô-



Iris de Araújo quer governo do presidente Lula à frente da luta mundial contra exclusão

mico que se expande e se movimenta, mas sem a contrapartida da melhoria das condições de vida da sociedade em que está inserido. Trata-se, portanto, de dar início à reestruturação das bases sociais, para fazer com que o cres-

cimento econômico sirva para a efetiva democratização das riquezas, dando cidadania e dignidade ao povo brasileiro — defendeu.

No plano mundial, observou a senadora, o neoliberalismo promoveu transferências de capitais de países menos desenvolvidos, gerando aumento da miséria, desagregação social e desemprego.

O Brasil, por sua geografia, população e riquezas naturais teria, na opinião de Iris, a missão de liderar um movimento mundial em defesa do desenvolvimento mais igualitário.

Para o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), não se justifica a existência de uma legião de pobres e famintos no Brasil, um país de terras férteis, com clima que permite duas safras anuais.

## Suassuna irá a evento mundial de investidores

O vice-líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB) anunciou na quarta-feira que irá participar da reunião do Grupo 20/20, que reúne os 20 maiores investidores e os 20 maiores fundos de pensão do mundo. O grupo tem investimentos globais de US\$ 8 trilhões, informou o parlamentar.

De acordo com Suassuna, a reunião será na cidade de Berkeley, nos Estados Unidos, e participarão do encontro investidores



Reunião do Grupo 20/20 será nos EUA, informa Suassuna

Franco, e diretores do Tesouro Nacional e do Banco Central.

— Vamos vender a imagem do Brasil, mostrar o quanto está nos

trilhos a economia do país — afirmou o senador, acrescentando que eles irão trazer “mais alguns bilhões investidos” na economia brasileira.

Suassuna disse que irá pleitear que a próxima reunião do 20/20, marcada para outubro, seja realizada na China, mas a epidemia da Síndrome Aguda de Insuficiência Respiratória (Sars) que ataca a população chinesa pode inviabilizar sua realização. O senador defende que a reunião seja em Brasília e que conte com a participação do presidente Lula.

— Nos últimos seis anos, o volume de carne bovina exportada cresceu 520 mil toneladas, e a exposição é tradicionalmente ponto de partida para o aprimoramento e desenvolvimento genético do rebanho zebu brasileiro.

Aelton Freitas acrescentou que

## Aelton destaca realização da ExpoZebu

O senador Aelton Freitas (PL-MG) destacou a realização da 69ª Exposição Internacional de Gado Zebu, a ExpoZebu 2003, em Uberaba, iniciada na quinta-feira. Na ocasião, a Associação Brasileira dos Criadores de Gado Zebu (ABCZ) entregou ao presidente Lula cheque de R\$ 429,7 mil para o programa Fome Zero, resultado do leilão de animais.

Segundo relatou Aelton, a ExpoZebu é considerada a vitrine da pecuária brasileira e ponto obrigatório de encontro de políticos, autoridades e representantes da classe rural. Ele observou ainda

que a feira é também um grande incentivo ao chamado agronegócio, setor responsável por 7 milhões de empregos diretos.

— Nos últimos seis anos, o volume de carne bovina exportada cresceu 520 mil toneladas, e a exposição é tradicionalmente ponto de partida para o aprimoramento e desenvolvimento genético do rebanho zebu brasileiro.

Aelton Freitas acrescentou que



Aelton Freitas: exposição é vitrine da pecuária brasileira

há mais de 6 milhões de cabeças de gado zebu no Brasil, o que torna o rebanho brasileiro da raça o maior do mundo. O senador anunciou também a realização do Fórum Mundial de Produção de Alimentos, também organizado pela ABCZ, e que irá reunir pesquisadores, autoridades, empresários e debatedores de diversos países que discutirão soluções para produção de alimentos.



Presidente do Senado, José Sarney (C) recebeu parlamentares da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude

## TV Senado divulgará ações de assistência às crianças

O presidente do Senado, José Sarney, decidiu acolher pedido da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude determinando à TV Senado que divulgue as ações de proteção e assistência a menores realizadas no país que mais tenham se destacado pelo êxito dos resultados alcançados.

Sarney foi procurado por cinco senadores integrantes da subcomissão criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) — a presidente, Lúcia Vânia (PSDB-GO), a vice-presidente,

Roseana Sarney (PFL-MA), a relatora, Patrícia Saboya (PPS-CE), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Amir Lando (PMDB-RO) — e imediatamente deferiu o pedido, encarregando o diretor da Secretaria de Comunicação Social (Secs), Armando Rollemberg, de adotar as providências necessárias.

Segundo Rollemberg, uma reunião preparatória com os membros da subcomissão está sendo marcada para esta semana e nela serão discutidos critérios de produção e inserção dos programas na atual grade da TV Senado.

## Comissão debate critérios para concessões de rádios

Em depoimento na Comissão de Educação (CE), o secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Eugênio de Oliveira Fraga, disse que o órgão não possui estrutura física e nem pessoal técnico disponível para a análise dos 4.400 pedidos de concessão de rádios comunitárias em andamento.

De acordo com Fraga, o exame dos processos é feito de “forma aleatória”, longe das comunidades. Ele reconheceu a morosidade na apreciação dos processos — alguns pedidos aguardam deliberação desde 1998 — e atribuiu a lentidão a problemas como a falta de procedimentos para análise de processos e sucessivos pedidos de complementação de documentos.

Fraga informou que ao assumir a secretaria, em janeiro de 2003, encontrou uma situação preocupante: a ausência de critérios claros para concessão de outorgas,

em especial de rádios e TVs educativas. Para sanar o problema, o secretário determinou a elaboração de manuais técnicos e jurídicos para análise dos processos.

O senador Flávio Arns (PT-PR), um dos autores do requerimento para realização da audiência, estranhou a inexistência de normas para a concessão de outorga de rádios comunitárias. “Isso é um verdadeiro absurdo”, disse ele. Ideli Salvatti (PT-SC) cobrou qualidade na programação dos veículos. Já Eurípedes Camargo (PT-DF) defendeu a regionalização dos programas.



Sob a presidência de Osmar Dias (D), Eugênio Fraga participa de audiência na CE

## Proposta cria novos estímulos às cooperativas

O Senado aprovou na quarta-feira projeto do Executivo que incentiva a criação, consolidação e capacitação de associações e de cooperativas de trabalho cujos membros sejam integrantes de comunidades carentes.

A matéria – oriunda da Câmara dos Deputados – foi apreciada favoravelmente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), tendo recebido emenda do relator na CCJ, senador Osmar Dias (PDT-PR), também aprovada no Plenário.

De acordo com o relator na CAS, o ex-senador Benício Sampaio, o projeto tem coerência com os programas de desenvolvimento econômico e social do país, pois os beneficiários serão os cooperativados integrantes de comunida-

des carentes ou membros de associação de emprego em áreas geográficas de baixa renda reconhecidas pelas autoridades públicas estaduais ou municipais.

Para melhorar a capacitação dos membros das associações e cooperativas de trabalho, o projeto prevê o repasse de recursos financeiros, tecnológicos e materiais a essas entidades.

A emenda aprovada permite que sejam beneficiadas entidades com associados que tenham pertencido a outras cooperativas ou associações já contempladas anteriormente com a dispensa de licitação. “Dessa forma, evita-se que associados ou cooperados egressos de outras cooperativas venham a ser impedidos de ingressar nas instituições beneficiárias”, sustenta Osmar Dias.

## Plenário adia votação de PEC sobre universidades

O Plenário do Senado adiou para o dia 21 de maio, a pedido do próprio autor, a votação em segundo turno da proposta de emenda à Constituição do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que destina 0,5% das arrecadações do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às instituições de ensino superior dos nove estados que integram a região amazônica.

Mozarildo explicou que, apesar de ter o apoio da maioria dos senadores e de já existir parecer do Ministério da Educação favorável à medida, a última quarta-feira foi um dia atípico na Casa – o presidente Lula da Silva veio ao Congresso apresentar os projetos de reformas tributária e previdenciária –, tornando difícil a obtenção do quorum necessário à aprovação de uma PEC (maioria de três quintos).

Os senadores também adiaram o exame de outros quatro itens da pauta do dia, três deles a pedido do líder do PT, senador Tião Viana (AC): duas propostas de emenda à Constituição, uma definindo que os vetos presidenciais serão apreciados separadamente



Mozarildo Cavalcanti pediu adiamento da votação de sua PEC

pelos duas Casas legislativas e a outra criando condições orçamentárias para garantir a conclusão das obras públicas em andamento; projeto sobre concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira; e o quarto item adiado, pelo prazo de 29 dias, é a mensagem presidencial que solicita a retirada de projeto da Câmara que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a doar imóvel situado na capital de São Paulo à União Brasileira de Escritores.

Quatro requerimentos foram aprovados. Um deles, do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), solicita a tramitação conjunta dos projetos que tratam das normas gerais para a realização de debates e entrevistas eleitorais pelas emissoras de rádio e TV. O outro, da senadora Ana Júlia (PT-PA), pede exame conjunto dos projetos que tratam da compensação financeira pela exploração dos recursos minerais e de petróleo.

Os dois requerimentos restantes solicitam que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se manifeste sobre dois projetos em tramitação no Senado Federal.

## Senado aprova uso de “e-mails” nos processos

Projeto, que segue para análise da Câmara, obriga Justiça a aceitar envio de documentos por meio eletrônico nos atos processuais

Foi aprovado na quarta-feira projeto de lei do senador Osmar Dias (PDT-PR) que permite às partes interessadas em um processo, por meio de seus advogados, a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo *fac-símile*, correio eletrônico ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e agora seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados.

Também foi aprovada emenda oferecida em Plenário pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-



Osmar Dias, autor do projeto: não haverá prejuízos aos formalismos processuais

AM) que autoriza a dispensa da entrega dos originais da petição se o ato processual praticado for assinado eletronicamente com base em certificado digital emitido pela Infra-Estrutura de

Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para ressaltar a importância da emenda aprovada, Arthur Virgílio afirmou que o sistema de assinatura digital que comprova a autoria e a integridade dos documentos eletrônicos tem confiabilidade assegurada.

Osmar Dias, autor do projeto, justificou sua ideia observando que a medida visa incluir o correio eletrônico na transmissão de dados processuais, já que lei anterior permitiu a utilização de *fac-símile* ou sistema similar. O senador esclareceu que a iniciativa não vai prejudicar os formalismos processuais, como aqueles relacionados aos prazos e à exibição dos originais dos pedidos, “para manter a segurança jurídica dos processos”.

## Acordo naval com a Namíbia é ratificado

O Plenário aprovou na quarta-feira, e a Mesa enviará à promulgação pelo presidente da República, decreto legislativo aprovando o acordo de cooperação naval com a Namíbia, país da África, assinado em dezembro de 2001. Além de outras iniciativas referentes ao objeto do acordo, está sendo negociada entre o Brasil e a Namíbia a venda de navio-patrolha e de quatro lanchas armadas, no valor de cerca de US\$ 32 milhões.

Em sua justificativa, o Executivo, autor do projeto, informa que antes mesmo do tratado foram realizadas muitas negociações com a Namíbia, sendo que o presente acordo foi assinado após quase sete anos de conversações entre a Marinha e o Ministério da Defesa do Brasil e daquele país. Hoje, justifica o relatório, o acordo neste setor “constitui o principal eixo das relações bilaterais”.

O projeto, que antes foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), informa ainda que já se formaram mais de 100 oficiais e praças da Namíbia em escolas da Marinha brasileira.

## Normas sobre eleições rejeitadas após debate

Projeto estabelecendo normas sobre o tempo de propaganda eleitoral dos candidatos ao Senado foi rejeitado pelo Plenário na quarta-feira, depois de intenso debate entre senadores e lideranças partidárias.

O projeto do ex-senador baiano Waldeck Ornélas, que será arquivado, definia que, nas eleições em que houvesse duas vagas para senador, o tempo destinado pelos partidos aos dois candidatos ao cargo seria dividido igualmente. Caso o partido ou coligação registrasse apenas um candidato, teria direito à metade do tempo que lhe fosse destinado.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), considerou que esse é um assunto afeto à sistemática dos partidos e ao contexto das coligações que eles realizam. Também o senador Tião Viana (AC), líder do PT, manifestou sua discordância, argumentando que os partidos devem ter liberdade para definir a divisão do tempo de propaganda de seus candidatos.

Ainda os senadores Amir Lando (PMDB-RO), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Luiz Otávio (PMDB-PA) consideraram que o projeto deveria ser analisado no âmbito da reforma po-

lítica. Já o senador José Agripino (PFL-RN) afirmou que o autor pode ter cometido alguns equívocos na elaboração do projeto, mas registrou a boa intenção da ideia.

Na mesma sessão, foi aprovado o parecer da Comissão Diretora para o projeto que estabelece normas para modificar o número de candidatos às eleições. O texto define que cada partido ou coligação poderá registrar candidatos a deputado ou vereador, até o triplo do número de lugares a preencher.

Tião Viana apresentou emenda estabelecendo que o número de candidatos registrados deverá ser igual ao número de vagas a ser preenchidas. O parecer e a emenda serão apreciados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também será examinado pela CCJ outro parecer da Comissão Diretora sobre projeto que impõe ao presidente do Banco Central, ou a um diretor por ele indicado, a obrigação de comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom). O senador Aloizio Mercadante apresentou emenda, acatada pelo Plenário, que será examinada pela CCJ.

# Tebet quer ações contra desigualdades regionais

Projeto de autoria do senador, aprovado pela Casa, regulamenta dispositivo da Constituição para permitir a implantação de medidas integradas de desenvolvimento, envolvendo a União, estados e municípios

Um dos grandes temas da agenda política brasileira é a necessidade de redução das desigualdades regionais. A própria Constituição determina que sejam criadas, por meio de lei complementar, condições para a integração de regiões em desenvolvimento. No entanto, o dispositivo não foi ainda regulamentado. Para suprir a lacuna, o Senado aprovou, no último dia 23, projeto de lei do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que regulamenta a Constituição para permitir a implantação de

ações integradas de desenvolvimento regional. A proposta precisa ainda ser votada pela Câmara para tornar-se lei.

— O projeto propõe que o esforço seja feito de forma conjunta, envolvendo a União, estados e municípios nas áreas objeto de intervenção. Mais do que normas de difícil cumprimento, pretendo de maneira conclusiva definir o referencial e a forma concreta como os entes federados deverão abordar um problema nacional que, de tão recorrente, ainda resta como

dispositivo constitucional não regulamentado — ressaltou Tebet.

Inovação importante do projeto é não restringir as iniciativas de redução de desigualdades regionais ao conceito tradicional de regiões geográficas, abrindo a possibilidade para ações sub-regionais, que podem envolver vários estados. O artigo 1º do projeto segue essa linha, ao elencar as ações que deverão ser desenvolvidas pela União, estados e municípios: desenvolvimento sustentado, parceria com setor privado, de-

envolvimento de potencialidades locais, crescimento do emprego e renda, incentivos à educação, mobilização de recursos humanos e cooperação entre unidades da Federação.

O projeto determina prazo de 90 dias para que o Executivo regulamentamente a lei, atendendo às diretrizes de programa nacional para desenvolvimento regional, estabelecimento de fontes de recursos para a condução das ações e definição da estratégia para superação das desigualdades regionais.



Tebet: proposta não restringe as iniciativas ao conceito tradicional de regiões geográficas

Roque de Sá

Segundo Capiberibe, cooperativas produzem óleo da castanha-do-pará



Célio Azevedo

## Capiberibe pede incentivo ao óleo de castanha

O senador João Capiberibe (PSB-AP) reivindicou auxílio governamental para as cooperativas do Amapá que exploram castanha-do-pará e seus usos industriais, em especial o óleo. O produto, resultante do castanheiro-do-pará, tem condições de competir com o azeite de oliva, em sabor e usos gastronômicos, nos mercados nacional e internacional, ressaltou.

Capiberibe explicou que os repasses decorrentes dos incentivos fiscais foram suspensos devido à burocracia de início de governo, mas as cooperativas do Laranjal do Jari têm pressa em receber o registro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a autorização da Vigilância Sanitária. De acordo com o senador, as cooperativas querem dinamizar a produção do óleo da castanha-do-pará, que hoje é de 500 quilos, mas pode, rapidamente, chegar a duas toneladas diárias.

O senador aplaudiu o programa de parcerias do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que também patrocina a fabricação de biscoitos do fruto na Reserva Iratapuru.

## Aprovado voto de pesar pela morte do ex-vice-presidente Aureliano Chaves

O Senado aprovou requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) por voto de pesar pela morte do ex-vice-presidente da República, ex-governador de Minas Gerais e ex-ministro de Minas e Energia Aureliano Chaves.

— Uma das últimas coisas que gostaria de fazer aqui é ter de pôr em votação esse voto de pesar pelo grande amigo e um dos maiores brasileiros do nosso tempo — lamentou José Sarney, presidente do Senado.

Conforme Sarney, o ex-vice-presidente tinha grande espírito público e coragem cívica, e desempenhou papel decisivo na transição democrática que permitiu a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República em 1985. “Era um nacionalista, engajado na luta em defesa dos recursos naturais do Brasil.”

O senador Marco Maciel (PFL-PE) disse que Aureliano foi figura

fundamental no “re-encontro do Brasil consigo mesmo e com o estado de direito democrático”, em 1985, com a formalização da Aliança Democrática, quando o então vice-presidente demonstrou “grande coragem cívica, patriotismo e compromisso com a nação brasileira”.

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Aureliano deve ser homenageado no país inteiro. “Era um homem coerente, que sempre defendeu suas idéias com honestidade, coragem, sinceridade e isenção.”

NACIONALISTA

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou que Aureliano Chaves prestou grandes serviços ao país e sempre atuou politicamente em



Aureliano recebeu quarta-feira homenagem de vários senadores

defesa da nação. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que guarda de Aureliano a imagem de “um verdadeiro nacionalista”.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), lembrou a “articulação política fina, competente, patriótica, realizada por José Sarney, Marco Maciel e Aureliano Chaves para acabar com uma ditadura que agonizava”. Conforme o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), Aureliano Chaves é o co-autor da “recondução do país ao regime democrático”.

O senador José Agripino (PFL-RN) disse que aprendeu a admirar Aureliano nos contatos que mantiveram. O senador Aelton Freitas (PL-MG) lamentou igualmente a morte do conterrâneo.

## Teotônio lamenta assassinato de empresário

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) lamentou em Plenário a morte do empresário alagoano Bernardo Oiticica, ocorrida em 25 de abril. Teotônio manifestou sua indignação pelo “brutal assassinato” que tirou a vida de “um dos maiores executivos de Alagoas”, interrompendo aos 43 anos de ida-



Teotônio: crime tirou a vida de grande executivo de AL

de “a carreira brilhante de uma pessoa de especial sensibilidade para as causas sociais”.

Conforme o senador, ele e seu estado estão de luto devido ao crime, que, afirmou, mostra como “a violência vem banalizando a vida humana”. Teotônio lamentou a impunida-

de que “deixa livre assassinos cruéis”, mas ressaltou que “a justiça será feita tanto a Bernardo quanto a sua família”.

O senador lembrou o currículo de Oiticica. Engenheiro mecânico, ele dirigiu a Empresa Alagoana de Terminal, que gerencia o terminal de açúcar de Alagoas, “um dos mais eficientes do mundo”, e a Central Açucareira Usina Santa Maria. Oiticica esteve ainda à frente da Usina Santa Clotilde.

## Comissão acolhe nome de juiz federal para o STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou relatório do senador José Jorge (PFL-PE) favorável à indicação do juiz José de Castro Meira, do Tribunal Regional Federal (TRF) com sede em Recife (PE), para cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Caso tenha seu nome confirmado pelo Plenário, Castro Meira ocupará vaga do ministro Milton Luiz Pereira, que se aposentou.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que conheceu Castro Meira como juiz federal em Aracaju (SE), quis saber qual a posição do magistrado sobre soluções para a lentidão da Justiça e o grande número de processos nos tribunais superiores.

Castro Meira destacou que medidas como o efeito vinculante são polêmicas, inclusive dentro do Supremo Tribunal Federal (STF), já que alguns ministros julgam que o instrumento retira a autonomia da primeira instância de jurisdição. O juiz acredita que a melhor solução seria limitar a admissibilidade de recursos ao segundo grau.

## Virgílio ressalta a absolvição de Eduardo Jorge

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), pediu transcrição nos Anais do Senado de reportagem do jornal *O Globo* sobre o fim das investigações que envolviam o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge e que concluíram pela inocência dele. “Era um fim previsível. Do nada, forjaram um réu. Através da calúnia, criou-se um escândalo e jogou-se lama em um homem de bem”, disse Virgílio.

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma e Gilberto Mestrinho e pela senadora Iris de Araújo